



PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 024/2025.

REFERENTE AO ETP E TP Nº 024/2025 Aquisições Certificados Digitais

Local: **Capivari do Sul/RS**

Órgão: **PODER LEGISLATIVO DE CAPIVARI DO SUL**

Unidade compradora: **PODER LEGISLATIVO DE CAPIVARI DO SUL**

Modalidade da compra: **Dispensa de Licitação**

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Aviso de Contratação Direta

Modo de Disputa: **Dispensa Com Disputa**

Registro de preço: Não

Data de divulgação: **02/12/2025**

Situação: Divulgada no site <https://camaracapivaridosul.rs.gov.br/>

**Data de início de recebimento de propostas: 03/12/2025 das 09h00min
(horário de Brasília)**

**Data fim de recebimento de propostas: 09/12/2025 às 09h00min (horário
de Brasília)**

Fonte:

33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

- As propostas deverão ser enviadas ao e-mail **compras@camaracapivaridosul.rs.gov.br** ou pelo protocoladas na sede do Poder Legislativo.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA: R\$ 3.197,24

ESTADO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL
Certifico que este ato foi publicado no Mural da Câmara
Para cumprimento dos dispositivos legais.

Data da Publicação: **02/12/2025**

Presidente

Membros da Comissão
Licitação



TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES POR DISPENSA NA FORMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 024/2025.

1. OBJETO

1.1 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.2. Aquisição de certificados digitais para os servidores da Câmara Municipal de Capivari do Sul., conforme abaixo especificado:

Lote 1:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF A3 + TOKEN USB

Quantidade: **02**

Valor Unitário de Referência (**não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência**): R\$ 394,38.

Lote 2:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF A1+ (arquivo)

Quantidade: **13**

Valor Unitário de Referência (**não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência**): R\$ 169,96

Lote 3:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CNPJ A1+ (arquivo)

Quantidade: **1**

Valor Unitário de Referência (**não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência**): R\$ 199,00

1.2 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

1.2.1. Para o fim do disposto no art. 16, II, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e para efeito da realização da aquisição, a despesa decorrente do processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo constatada a existência de dotação orçamentária para o exercício de 2025, conforme abaixo discriminado:

33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros

2.DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



A formalização da contratação do serviço deve ser realizada nos termos do artigo 95, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação é necessária. Considera-se necessária a aquisição dos produtos Certificado Digital e-CPF, A3 token, e e-CPF A1 e CNPJ A1 ano devido ao uso dos mesmos para assinar digitalmente documentos eletrônicos que a Câmara de Vereadores e o Presidente do Legislativo elaborarem, bem como, para encaminhar documentos aos órgãos fiscalizadores.

Considerando que o serviço é essencial ao desempenho das atribuições de membros e servidores, uma vez que é imprescindível que estes assinem e tramitem documentos e processos, com a devida validade jurídica, é necessário que seja realizada contratação de serviço continuado para emissão de Certificados Digitais, de acordo com padrão da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil)

4. DAS PROPOSTAS

4.1. O critério de julgamento das propostas é o menor preço.

4.2. Aplica-se a esta dispensa de licitação os benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo constar na proposta que se trata de microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.2.1. A não identificação da empresa como sendo microempresa ou empresa de pequeno porte importa em renúncia aos benefícios legais.

4.3. As propostas deverão ser enviadas ao e-mail [compras@camaracapivaridosul.rs.gov.br] ou protocoladas na sede do Poder Legislativo, no protocolo geral, dentro do prazo constante do Aviso de Dispensa, cujas propostas serão convertidas em eletrônicas.

4.3.1. O recebimento das propostas por e-mail será confirmado por e-mail.

4.3.2. Cabe a empresa entrar em contato com o órgão contratante no caso de não receber a confirmação do recebimento, até 1 (uma) hora após o envio.

4.4. As certidões negativas e os demais documentos com o fim de demonstrar a regularidade fiscal e jurídica da empresa, serão exigidas somente da empresa vencedora.

4.5. Os demais atos referentes a este procedimento serão publicados no Site Oficial (<https://camaracapivaridosul.rs.gov.br/>)

4.6. Não serão aceitas propostas cujo valor seja superior ao valor unitário de referência, confirmados como compatíveis na pesquisa de preços.

5. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO



5.1. A execução da contratação se dará com a entrega dos objetos na sede do Poder Legislativo, e a retirada dos objetos na totalidade ou não conforme a necessidade do órgão.

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os serviços e/ou bens serão recebidos:

a) definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Os materiais e/ ou os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com o solicitado.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco.

7.2. O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após o cumprimento dos subitens anteriores.

7.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão devolvidos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da CONTRATADA.

7.4 A liberação do pagamento ficará condicionada a verificação da situação da CONTRATADA em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas, cujo resultado será impresso e juntado aos autos do processo.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1 DA CONTRATADA

8.1.1. Fornecer os materiais e executar os serviços nas condições estipuladas, no prazo e local indicados em estrita observância das especificações do Estudo Técnico Preliminar e deste Termo de Referência.

8.1.2 Apresentar os documentos exigidos nos Anexos.

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços e dos materiais fornecidos;

8.1.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas os materiais/serviços com avarias ou defeitos, ou que não atendam às exigências previstas no projeto e na proposta;

8.1.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição;

8.1.6 Comunicar a Administração no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos materiais e dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

8.1.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência; e

8.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução dos serviços.

8.1.9. A emissão do certificado digital de forma presencial na sede.

8.2.0. A empresa aceita que o fornecimento se dá no decorrer do período de pelo menos 12 meses, sendo que a retirada dos referidos objetos será retirada e apresentação da nota fiscal, e não gera a obrigação de retirada de todos os objetos ora discriminados no presente por parte da contratante.

9.2 DA CONTRATANTE

9.2.1. Receber provisoriamente os materiais e serviços, disponibilizando local, data e horário;

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais e serviços fornecidos com as especificações constantes neste Termo de Referência; e

9.2.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

10.1. Aplica-se o previsto na Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

11. DOS ANEXOS

11.1. Fazem parte deste Termo de Referência os Anexos I, II e III, bem como o Estudo Técnico Preliminar e as especificações técnicas que o acompanha.

Capivari do Sul, RS, 02 de Dezembro de 2025.

ISABEL CRISTINA PEREIRA BUENO
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO DE CAPIVARI DO SUL

ESTADO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL Certifico que este ato foi publicado no Mural da Câmara Para cumprimento dos dispositivos legais.	
Data da Publicação: 02/12/2025	
Presidente	Membros da Comissão Licitação



ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 *No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*

1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

DADOS FORNECEDOR

Razão Social:CNPJ: Nº

Endereço:

E-mail: Telefone:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

CPF nº:

Esta Proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Microempresa ou empresa de pequeno porte: [] Sim [] Não

PROCESSO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 024/2025

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Lote 1:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF A3 + TOKEN USB

Quantidade: **02**

Valor Unitário de Referência (não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência): R\$ _____

Lote 2:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF A1+ (arquivo)

Quantidade: **13**

Valor Unitário de Referência (não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência): R\$ _____

Lote 3:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CNPJ A1+ (arquivo)

Quantidade: **01**

Valor Unitário de Referência (não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência): R\$ _____

Data/Assinatura/carimbo



ANEXO III – MODELO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2025 AO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 024/2025

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL**, inscrita no CGC/MF sob nº 02.700.814/0001-64, isenta de inscrição Estadual, representada por seu Presidente da Câmara Municipal de Capivari do Sul, Sra. ISABEL CRISTINA PEREIRA BUENO, brasileira, residente neste Município e a empresa _____, situada na Avenida _____, _____, inscrita no C.N.P.J. do Ministério da Fazenda sob o número _____, doravante CONTRATADA, por seu representante, _____, resolvem firmar o presente contrato, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, conforme o processo de dispensa de licitação:

CLÁUSULA 1 – OBJETO

Aquisição de certificados digitais para os servidores da Câmara Municipal de Capivari do Sul, conforme abaixo especificado:

Lote 1:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF A3 + TOKEN USB

Quantidade: **02**

Valor Unitário: R\$

Lote 2:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF A1+ (arquivo)

Quantidade: **13**

Valor Unitário: R\$

Lote 3:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CNPJ A1+ (arquivo)

Quantidade: **1**

Valor Unitário: R\$

1.2 - O presente Contrato se vincula ao processo de dispensa e a proposta vencedora.

1.3 – O regime de execução é o de empreitada por preço global **no Valor total: R\$ -**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, REGIME EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1 – O prazo de vigência deste Contrato é até 31 de dezembro de 2026, com início na data de assinatura deste contrato, não sendo prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência.

2.3 – O preço contratado é o identificado na Cláusula 1, a serem pagos após a entrega da nota fiscal correspondente, no prazo estipulado no Termo de Referência que regulou a dispensa de licitação que deu origem a este contrato.



PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

2.4 – A retirada dos referidos objetos será retirados conforme a necessidade do CONTRATANTE, e o pagamento será proporcional a retirada e apresentação da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. - É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50%(cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

3.2 - Será permitido a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50%(cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

3.2.1 - É vedada a subcontratação ou da parcela principal da obrigação.

3.2.2 - A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.2.3 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA QUARTA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência e seus anexos.

4.2 – A entrega do objeto será de acordo com as necessidades da Contratante.

CLÁUSULA QUINTA – FISCALIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - A fiscalização da execução do objeto será efetuada pela Servidora Katiuscia Mendes designado pela CONTRATANTE.

5.2 - As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas neste Contrato, no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

6.1 – No caso de duração superior de 12 (doze) meses de contrato, é devido o reajuste pelo IPCA acumulado a cada doze meses;

6.2 – O reequilíbrio poderá ser realizado, na forma da Lei, mediante prova.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

7.1 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.2 - A CONTRATADA sujeita-se às penalidades previstas nos arts. 156 e 162, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÃO

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Orçamento Anual, na dotação discriminada:

8.2 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

8.3 - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

8.5 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – FORO: Os casos omissões serão resolvidos na forma da Lei, em especial à Lei Federal nº 14.133/2021, ficando eleito o foro do CONTRATANTE para solucionar as dúvidas decorrentes do contrato na via judicial.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

Capivari do Sul, _____ de dezembro de _____

CRISTINA BUENO

Presidente Municipal Capivari do Sul
Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF:

2) _____

CPF:

ESTADO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL
Certifico que este ato foi publicado no Mural da Câmara
Para cumprimento dos dispositivos legais.

Data da Publicação: **02/12/2025**

Presidente

Membros da Comissão
Licitação



ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO PARA BENS E SERVIÇOS Nº 024/2025

CERTIFICADOS DIGITAIS

PROCESSO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 024/2025

1 - DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

Identificação das necessidades de negócio

1	Aquisição de certificados digitais para os servidores da Câmara Municipal de Capivari do Sul.
..	<p>Considera-se necessária a aquisição dos produtos Certificado Digital e-CPF, A3 token, e e-CPF A1, e CNPJ A1 ano devido ao uso dos mesmos para assinar digitalmente documentos eletrônicos que a Câmara de Vereadores e o Presidente do Legislativo elaborarem, bem como, para encaminhar documentos aos órgãos fiscalizadores.</p> <p>A necessidade trabalhada neste Estudo Técnico Preliminar é Contratação de empresa especializada em emissão, validação e gravação de certificados digitais padrão ICP-BRASIL aos usuários da Câmara Municipal de Vereadores.</p> <p>A utilização de certificação digital tem permitido aos membros e servidores deste Poder Legislativo, assinar e tramitar documentos eletrônicos, com presunção de validade jurídica, conforme dispõe o artigo 195 do novo CPC, tanto no âmbito dos sistemas administrativos.</p> <p>Considerando que o serviço é essencial ao desempenho das atribuições de membros e servidores, uma vez que é imprescindível que estes assinem e tramitem documentos e processos, com a devida validade jurídica, é necessário que seja realizada contratação de serviço continuado para emissão de Certificados Digitais, de acordo com padrão da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil), emitidos por autoridade certificadora vinculada e em conformidade com o estabelecido pela ICP- Brasil, contemplando o fornecimento dos dispositivos criptográficos para armazenamento dos certificados.</p>

Identificação das necessidades tecnológicas

1	Não se aplica.
..	

Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

1	Não se aplica.
..	



2 - ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Nos termos do art. 23, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o valor unitário de mercado conforme Licitação – TCE-RS é:

Lote 1:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF A3 + TOKEN USB

Quantidade: **02**

Valor Unitário de Referência (não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência): R\$ 394,38.

Lote 2:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF A1+ (arquivo)

Quantidade: **13**

Valor Unitário de Referência (não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência): R\$ 169,96

Lote 3:

CERTIFICADOS DIGITAIS E-CNPJ A1+ (arquivo)

Quantidade: **1**

Valor Unitário de Referência (não serão aceitos orçamentos com valor superior ao de referência): R\$ 199,00

Nos termos do art. 23, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o valor unitário de mercado é o que fora discriminado no item 1 e item 2, conforme Licitação – TCERS

3 - ANÁLISE DE SOLUÇÕES

A Imposição do Certificado Digital pela Lei nº 11.419/2006 e a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)

A transição para o **Processo Judicial Eletrônico (PJe)** fundamenta-se na **Lei nº 11.419/2006**, que estabeleceu a admissibilidade do **meio eletrônico** para a tramitação, comunicação e transmissão de peças processuais no Judiciário, abrangendo, conforme seu Art. 1º, § 1º, as esferas cível, penal e trabalhista.

Requisito Legal e Assinatura Eletrônica Qualificada

A segurança jurídica e a atribuição de autoria são garantidas pelo requisito da **assinatura eletrônica**, definida no Art. 1º, § 2º, Inciso III, da referida lei, que exige explicitamente:



PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

"Assinatura digital baseada em **certificado digital** emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica."

Este dispositivo remete à **Medida Provisória nº 2.200-2/2001**, que instituiu a **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)**. Na prática, isso qualifica a assinatura exigida como uma **Assinatura Digital Qualificada**, utilizando criptografia assimétrica para vincular de forma inequívoca o par de chaves (pública/privada) ao signatário.

Função Técnica do Certificado

O Certificado Digital no padrão ICP-Brasil (e-CPF ou e-CNPJ, geralmente do tipo A3) assegura as propriedades de **Não Repúdio** e **Integridade** do documento:

1. **Não Repúdio (Autoria):** A chave privada, sob o controle exclusivo do signatário, cria um *hash* criptográfico que prova a origem e impede que o autor negue ter assinado o documento.
2. **Integridade:** Qualquer alteração no documento após a aposição da assinatura torna a validação criptográfica inválida, garantindo que o conteúdo original permaneceu inalterado.

Desta forma, a obrigatoriedade do certificado digital transcende o simples requisito burocrático, sendo o pilar tecnológico para a **validade jurídica** dos atos processuais no ambiente digital.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços e fornecimentos contínuos, nos termos do inciso XV, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

A demanda apresentada consiste em adquirir certificados digitais cuja a emissão do certificado digital deverá ser de forma presencial, e não por vídeo conferencia;

, emitidos por empresas certificadoras, de modo contínuo, e cuja interrupção comprometeria a prestação da atividade finalística da instituição, o serviço é composto de diferentes objetos, enumerados a seguir, que possuem os seguintes requisitos técnicos.

Certificado digital A1e A3 para pessoa física (e-CPF) e Certificado Digital CNPJ A1

Certificado digital do tipo A1 para pessoa física, aderente ao padrão ICP-Brasil, cadeia com prazo de validade de 1 ano; Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, login de rede, entre outras funções;

Certificado digital e-CNPJ A1 para pessoa jurídica, aderente ao padrão ICP-Brasil, cadeia com prazo de validade de 1 ano; Deve permitir a utilização para assinatura de



PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DO SUL

documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, login de rede, entre outras funções

O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro conforme determina a ICP-Brasil;

A mídia criptográfica é de responsabilidade do Contratante;

Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;

5 - ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 23, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o valor de mercado é o especificado no item 2.

6 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação pode ser encaminhada para elaboração do Termo de Referência e respectiva publicação.

7- ENCAMINHAMENTO E ASSINATURA

A partir deste estudo técnico preliminar entendo a solução a ser escolhida seja é a descrita no item 4.

Capivari do Sul, RS, 02 de Dezembro de 2025.

ISABEL CRISTINA PEREIRA BUENO
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO DE CAPIVARI DO SUL

ESTADO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL
Certifico que este ato foi publicado no Mural da Câmara
Para cumprimento dos dispositivos legais.

Data da Publicação: **02/12/2025**

Presidente

Membros da Comissão
Licitação